

Segunda parte

Capítulo quatro - PDRI Paraguçu: a modernização do pequeno produtor à sombra do latifúndio

John Wilkinson

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

WILKINSON, J. PDRI Paraguçu: a modernização do pequeno produtor à sombra do latifúndio. In: *O estado, a agricultura e a pequena produção* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp 90-128. ISBN: 978-85-9966-271-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo quatro – PDRI Paraguaçu: a modernização do pequeno produtor à sombra do latifúndio

1. Caracterização da região

Se a análise de sistemas de produção (vide Capítulo Três, em diante) tivesse sido observado na escolha de regiões para os vários programas de PDRI'S, a bacia do Paraguaçu na Bahia não teria sido incluída. De fato, não fazia parte da seleção original de pólos de desenvolvimento, a partir dos critérios de áreas homogêneas e alto potencial produtivo.¹

Sua inclusão resultou de uma pressão muito forte aplicada a nível estadual no período em que a orientação do POLONORDESTE vacilava ambigualmente entre a priorização de áreas como potencial para o crescimento e do público-meta de pequenos produtores. O projeto original para a bacia do Paraguaçu refletiu esta ambiguidade ao apresentar um conjunto de quatro subprojetos diferentes, nos quais o apoio para a pecuária pesou em pé de igualdade com a orientação à pequena produção.²

Com a produção de sisal e fumo ao leste e a agressiva expansão do café ao oeste, esta imensa região se caracteriza essencialmente como uma zona de pecuária extensiva e melhorada; aí menos de 10% da área total é dedicada às lavouras, parcela essa que se manteve mais ou menos constante ao longo dos últimos 25 anos.

Dentro da região o fumo e a mamona têm sido as principais lavouras comerciais,³ embora, por um lado, ocupassem apenas uma

¹ Elaborada pelo SCET/INTERNATIONAL/SIRAC, uma consultoria francesa em convênio com o governo federal. Na sua formulação inicial o programa do POLONORDESTE se baseou numa concepção de modernização em termos de "Pólos de Desenvolvimento" e representou mais uma aplicação das teorias difusionistas do que uma orientação específica para pequenos produtores.

² Os quatro projetos foram elaborados com base em propostas contidas no Diagnóstico Preliminar (CPE, Bahia, 1971) e compreendem: 1. Projeto de Irrigação Utinga/Bonito; 2. Fruticultura; 3. Pecuária; 4. Pequena Produção.

³ O açúcar e o sisal, embora cercando esta região, se concentram fora da área do Programa. Deve-se acrescentar, também, que a produção de fumo é específica à região de Feira de Santana e não típica da região como um todo.

parcela pequena da área total dedicada à agricultura e, por outro, mostrassem pouco dinamismo ao longo dos anos. Segundo o Censo Agropecuário de 1975, a área cultivada com fumo – 8.095 hectares – foi menos que a verificada em 1950, quando 9.097 hectares foram plantados. Por sua vez, a mamona apresenta um declínio desde a década de 60.⁴

Quanto aos demais, a produção agrícola tem se limitado a basicamente três alimentos – mandioca, milho e feijão – com uma área média cultivada por produtor inferior a 2 ha, produzido essencialmente para consumo próprio, verificando-se a comercialização apenas em mercados locais. Os bolsões isolados de agricultura irrigada ou pequena escala e de fruticultura só confirmam este retrato geral.

Por outro lado, as pastagens representam mais de 50% da área total, com quase a metade ocupada com pastagens plantadas. Esta conversão à pastagem plantada acelerou-se na década de 70, levando ao declínio absoluto no número de pequenas propriedades em duas das três principais subáreas, e um aumento pequeno na terceira, na medida em que a pastagem acaba com a produção de lavouras alimentares de curto ciclo nas grandes propriedades.

Este avanço da pecuária foi fortemente estimulado pela expansão do crédito subsidiado, especialmente com a vinda do PROTERRA,⁵ no início da década de 70. Segundo o relatório do Banco Mundial sobre crédito na área do Paraguaçu,⁶ em 1973, 76% do crédito rural destinavam-se à pecuária, subindo para 90% em 1976, bastante acima da participação média do crédito à pecuária no Estado como um todo, que em meados da década girava em torno de 60%.⁷

⁴ As cifras são as seguintes em toneladas: 1960 – 15,150; 1970 – 11,826; 1975 – 8,633, com base nos dados para a sub-região da chapada Diamantina que mais produziu. *Fonte*: Censo Agropecuário, Bahia, *Op. cit.*

⁵ Veja Capítulo Um para uma discussão deste programa. Com o colapso de suas propostas mais radicais veio a ser a linha principal de crédito subsidiado para a agricultura no Nordeste.

⁶ PDRI – Paraguaçu, *Relatório nº 5, Crédito Rural*, 1977. O Banco Mundial produziu uma série de relatórios sobre a região como parte do seu apoio financeiro ao PDRI.

⁷ *Fonte*: *Crédito Rural*, 1969-76, Banco Central. A porcentagem dedicada a crédito na Bahia fica bem acima da média para o Nordeste que se mantém em torno de 35%.

Os efeitos deste processo estão bem documentados no diagnóstico produzido pelo Centro de Pesquisas e Estudos (CPE) da SEPLANTEC, que indica ter havido a estagnação da pequena produção, levando à migração, especialmente de jovens trabalhadores, a tal ponto que “há na região uma crise de mão de obra”.⁸

⁸ “Vales úmidos da bacia de Paraguaçu” CPE/Ba, 1975, citado em *Desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do POLONORDESTE*, PIMES 80.

Tabela 16 – Estrutura agrária

Tamanho de área (ha)	1950		1960		1970		1975	
	N.	Área (ha)	N.	Área (ha)	N.	Área (ha)	N.	Área (ha)
<i>Chapada Diamantina Meridional</i>	23.192	834.190	39.577	885.244	52.404	1.173.077	50.890	1.313.108
> 10	16.729	63.602	28.841	109.857	38.452	130.916	35.144	129.370
10 > 100	5.237	151.361	9.375	259.789	11.935	334.571	13.479	375.459
100 > 1.000	1.102	321.925	1.276	346.093	1.900	482.215	2.139	547.185
1.000 > 10.000	124	297.302	85	169.505	117	225.375	128	261.787
<i>Piemonte da Diamantina</i>	15.353	1.357.115	19.718	1.525.990	24.182	1.920.636	23.487	1.946.715
> 10	4.537	21.068	6.364	30.006	7.524	36.157	7.126	34.763
10 > 100	8.485	296.425	10.694	376.154	13.225	467.517	12.843	452.996
100 > 1.000	2.104	572.065	2.447	667.973	3.164	850.420	3.230	866.646
1.000 > 10.000	227	467.557	213	451.857	269	566.548	288	592.310
<i>Feira de Santana + Serrinha</i>	37.707	1.423.698	55.108	1.569.983	74.130	1.909.181	78.404	2.016.288
> 10	17.538	82.247	31.849	128.631	47.390	165.407	49.963	176.256
10 > 100	17.792	533.973	20.728	618.135	23.501	709.060	25.020	740.385
100 > 1.000	2.255	559.145	2.413	589.548	3.081	743.490	3.266	770.093
1.000 > 10.000	122	248.333	118	233.669	158	301.584	158	329.554

Fonte: Censo Agropecuário – 1950, 1960, 1970, 1975 – Bahia, IBGE. Rio de Janeiro, apud *Desenvolvimento rural no Nordeste*, Op. cit., p. 233.

Esta pressão sobre o pequeno produtor continuou aumentando na segunda metade da década de 70 com a dramática expansão das plantações de café, afetando principalmente os doze municípios na margem ocidental do projeto, onde a participação do número de pés plantados cresceu de 1% a 25% do total estadual no quinquênio 1972-77.⁹ Com uma previsão de 400.000 hectares aptos para o café nesta região, a procura de terra tem sido intensa, atraindo capital do Centro-Sul do país, e até mesmo das multinacionais. Embora parte significativa da região seja esparsamente habitada, a grilagem já se intensificou no município de Utinga (área destinada à irrigação em pequena escala no projeto do POLONORDESTE) e “não tardará que se manifeste a solicitação por terras adicionais, que exatamente estão ocupadas por economias de produção de alimentos”.¹⁰

Aqueles não diretamente ameaçados com expulsão deverão ser pressionados em direção a vários graus de proletarização, tendo em vista que serão criados aproximadamente 300.000 empregos, mais do que o dobro da população desses doze municípios.

Como mostra a Tabela 16, os pequenos produtores experimentaram uma redução absoluta tanto em número de estabelecimentos quanto em área na década de 70 nas duas subáreas que incluem a maior parte dos municípios incorporados ao PDRI. Na área toda do projeto, de acordo com o Censo Agropecuário de 1970, 80% dos estabelecimentos tinham menos que 50 ha, e detinham apenas 16% da área ocupada.

O contexto no qual este PDRI opera, então, é de um público atomizado, espalhado nos interstícios de grandes propriedades de pecuária e café, cultivando pequenas áreas com lavouras alimentares para consumo próprio, e constantemente ameaçado de expulsão, à medida que o crédito subsidiado e a infraestrutura implantada pelo Estado estimulam a concentração de terra.

2. O público do POLONORDESTE

Como vimos anteriormente, a formulação original do PDRI Paraguaçu teve orientação para os pequenos produtores como apenas um dos seus componentes. A distribuição do crédito nos primeiros dois anos

⁹ A penetração do café na Bahia, CEPLAB-Ba, 1979.

¹⁰ Ibid., p. 104.

demonstrou um nítido predomínio do crédito de investimento para a pecuária. Com a reformulação do projeto em 1978, em conjunto com o Banco Mundial, o pequeno produtor, assim como os alimentos básicos, especialmente milho e feijão, se tornaram o principal objeto do projeto, uma mudança refletida na distribuição do crédito para esse ano,¹¹ quando pela primeira vez o crédito de custeio superou o de investimento com Cr\$ 45.539.960 para o primeiro contra apenas Cr\$ 6.764.170 para este último.

Ao analisar as metas do período de cinco anos do projeto,¹² tem-se um retrato claro das dimensões do projeto, bem como da sua orientação específica em termos de público-meta. Divididos em cinco subáreas e posteriormente reorganizados em três subáreas, de acordo com as Microrregiões Homogêneas citadas anteriormente, o projeto inclui 49 dos 69 municípios que fazem parte da bacia do rio Paraguaçu. Tomando estes 49 municípios e utilizando os cálculos da Unidade Técnica responsável pela execução do projeto, o público potencial (0-50 ha) compreende aproximadamente 60.000 pequenos produtores.¹³

Diz-se que o projeto deve beneficiar aproximadamente 17.000 pequenos produtores nos cinco anos com crédito e assistência técnica, que equivaleria a quase 30% do público potencial. Se verificarmos as projeções para os beneficiários do projeto no quinto ano, no entanto, torna-se claro que a cifra de 17.000 representa o total acumulado de beneficiários com repetição ao longo dos cinco anos. A meta anual especificada para o último ano do projeto é de 3.995 beneficiários, o que corresponde aos mais modestos 6,7% do público potencial.

Examinando-se a distribuição dos beneficiários propostos, de acordo com a área total do estabelecimento, fica claro que o critério utilizado foi o de manter uma proporção constante (6,6%) para cada estrato, de 0-10 ha, 10-50 ha e 50-100 ha, respectivamente. Surpreende a inclusão, e ainda mais

¹¹ Fonte: *Desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do POLONORDESTE*, Op. cit. As cifras citadas aqui para 1978, baseadas nos cálculos de serviço de extensão rural, são de fato superestimadas, como veremos mais tarde, embora as proporções entre custeio e investimento permaneçam válidas. Este estudo de Sampaio e outros oferece uma boa avaliação do projeto de um ponto de vista macro, mas não trata das transformações a nível da unidade produtora.

¹² Os dados nesta parte são baseadas nos cálculos para o Plano Plurianual elaborados em 1977 pela Unidade Técnica junto com a CEPA-Ba.

¹³ Veja *Resumo do PDRI: Paraguaçu*, Unidade Técnica, 1981.

a representação proporcional, deste último estrato, de 50-100 ha, já que o limite para os projetos agrícolas foi fixado em 50 ha. Pode ser, no entanto, que sua inclusão decorra de condições de especialmente baixa fertilidade encontradas em algumas regiões do projeto.

A ambiguidade desta distribuição aparentemente equitativa do público-meta emerge ao se constatar a distribuição prevista para o crédito. Considerando-se os dados para 1978, o estrato de 10-50 ha prevê crédito financiado para uma área (3.779 ha) aproximadamente 60% maior que a prevista para o estrato de 0-10 ha (2.340 ha). Se somarmos a isso os 1.307 ha projetados para o estrato de 50-100 ha, concluímos que os produtores com até 10 ha se beneficiam de apenas 30% da área financiada, embora constituam 45% do público-meta potencial na área do projeto.¹⁴

Desta forma, a igualdade formal baseada na estrutura agrária existente só serve para reforçar os melhor situados entre os pequenos produtores.

A perspectiva para o estrato de 0-10 ha piora ainda mais com a previsão de financiar a implantação de 12.655 ha de pastagens, dos quais 8.475 ha em estabelecimentos com mais de 100 ha. Dentro do projeto como um todo os pecuaristas, que constituem apenas 4% do público, recebem aproximadamente 12% do crédito total.

Na sua reformulação, então, o PDRI Paraguaçu tem uma clara orientação para o pequeno produtor. Esta orientação, no entanto, é limitada em termos de abrangência, por um lado, e seletiva na escolha de público-meta, por outro, o que tende a dar um peso desproporcional aos estabelecimentos maiores dentro do setor minifundista, orientação esta agravada ainda mais pela subestimativa da participação dos estabelecimentos de 0-10 ha dentro deste público.

3. O POLONORDESTE e as principais tendências na região

Nosso principal propósito neste Capítulo é analisar a forma pela qual a integração às estruturas do crédito oficial orientado modifica a dinâmica

¹⁴ Muito provavelmente uma subestimação. Uma pesquisa na área contratada pelo PDRI indica que 59,5% de todos os estabelecimentos na área têm menos de 10 ha, uma cifra que chega até 70% em uma das cinco sub-regiões do projeto. Cf. *Pequenos produtores locais na bacia de Paraguaçu*, Antônio da Silva Câmara e Solon Santana Fontes (mimeo, 1980, p. 23).

da produção de pequenos produtores no contexto concreto da inserção destes numa estrutura agrária específica.

Entretanto, antes de analisar os dados sobre esta questão, é importante situar o desenvolvimento do projeto no que se refere a outras tendências evidenciadas na região, bem como no que se refere aos outros segmentos do projeto que afetam diretamente o pequeno produtor enquanto unidade produtiva.¹⁵

3.1. Crédito

Se analisarmos a estrutura e a quantidade do crédito liberado pelo Banco do Brasil na área do projeto, descobrimos uma evolução relevante no triênio 1977-79.

Tabela 17 – Crédito rural 1977-79 (em milhões de cruzeiros); liberação de crédito pelas agências do Banco do Brasil na área do PDRI Paraguaçu, discriminado por lavoura e pecuária¹⁶

Ano	Lavoura	Pecuária	Total
1977	236.235.000 (48%)	252.436.000 (52%)	488.751.000
1978	425.953.000 (49%)	438.441.000 (51%)	864.394.000
1979	924.753.000 (56%)	733.759.000 (44%)	658.512.000

Fonte: Banco Central do Brasil, adaptado dos dados da CEPA-Ba.

A redução na participação do crédito à pecuária é notável quando comparada com os 90% verificados em 1967.¹⁷ Entretanto, este parece ser resultado não da sua substituição pelo crédito do POLONORDESTE e sim o reflexo de restrições generalizadas para o crédito à pecuária nesse período, assim como de um incremento significativo do crédito para o café, o qual,

¹⁵ Não incluímos, portanto, uma avaliação dos projetos de educação e saúde, embora reconheçamos que estes elementos possam ter influência importante sobretudo a médio prazo para questões de produtividade de trabalho, utilização de trabalho infantil, êxodo rural, dependência em trabalho fora etc.

¹⁶ O Banco do Brasil cortou para 80% do crédito agrícola na Bahia em 1980.

¹⁷ Veja acima, no início deste Capítulo.

como foi mencionado anteriormente, vem experimentando uma expansão rápida na região.¹⁸

O crédito canalizado através do POLONORDESTE no mesmo período se mostra insignificante em termos globais, representando apenas 4% do total do crédito concedido. Apesar do notável incremento constante do crédito alocado ao público do POLONORDESTE na região do Paraguaçu (a estimativa preliminar para 1980 é de Cr\$ 125.560.000), a preponderância de linhas normais de crédito tende a levar à consolidação preferencial dos estabelecimentos médios e, especialmente, grandes na área. Nos três anos, 1977-79, as liberações de crédito eram apenas Cr\$ 17.862.000, Cr\$ 24.493.000 e Cr\$ 68.260.000 respectivamente.¹⁹

3.2. Comercialização / cooperativismo

Como seria de esperar, baseado na caracterização da região apresentada anteriormente, as tentativas de consolidar um setor de pequenos produtores orientados para o mercado têm se defrontado com outros sérios obstáculos.

O padrão de uma agricultura basicamente de subsistência, com as vendas limitadas ao mercado local, retrato este confirmado por uma pesquisa recente na região, citada anteriormente,²⁰ se reflete no estado precário das estradas vicinais que torna o acesso às pequenas propriedades extremamente difícil.

Além disso, a insignificância dos excedentes da produção agrícola destinados à comercialização reforça a tendência de a cooperativa na área identificar-se quase totalmente com os interesses dos pecuaristas.²¹ Na

¹⁸ Como argumenta o trabalho de Sampaio e outros, *Op. cit.*, o mais grave é que eles utilizam este argumento como uma crítica, que se fosse verdadeira, representaria um fortalecimento da posição de pequenos produtores (veja p. 441, *Op. cit.*)

¹⁹ Dados da Unidade Técnica com base em fontes bancárias. Estes se chocam com as estimativas da EMATERBA, porém, provavelmente são mais confiáveis. Trataremos desta questão, mais tarde, neste Capítulo.

²⁰ “A parte do excedente destinado ao mercado passa por um circuito comercial que normalmente não extrapola as fronteiras das subáreas onde foi produzido”, p. 34, *Pequenos produtores rurais (op. cit.)*.

²¹ Veja as conclusões num trabalho anterior do autor: *Avaliação de programas governamentais para produtores de baixa renda*, CEPA-Ba, Salvador (escrito em 1978 e publicado em 1982).

verdade, das oito cooperativas existentes na região, apenas duas se mostravam ativas na linha de comercialização quando o PDRI foi iniciado, e estas trabalham com sisal e leite, produtos não incluídos no projeto.

O cooperativismo constitui o elo estratégico da orientação do PDRI, servindo como um canalizador efetivo para a integração dos pequenos produtores à rede de intervenções governamentais e do capital industrial e financeiro. O objetivo é que a cooperativa assuma a responsabilidade pela distribuição do crédito e assim livrar os bancos do risco, bem como criar uma estrutura independente para o disciplinamento do pequeno produtor em relação ao capital financeiro. Ademais, ao centralizar a comercialização e o fornecimento de insumos, a cooperativa reduz os custos da intervenção estatal e facilita a penetração dos insumos industrializados.

Na região do Paraguaçu, no entanto, esta estratégia parece ter sido dificultada em função da política governamental de trabalhar com cooperativas já existentes, neste caso, ou identificadas essencialmente com os interesses de pecuaristas, ou moribundas, ou as duas coisas. Segundo um relatório da Unidade Técnica,

em geral a atividade cooperativista estava num estágio apenas embrionário, com uma participação mínima de sócios nas atividades da Cooperativa, enquanto esta tinha quase nada a oferecer. A desorganização financeira e administrativa, a inexistência de qualquer infraestrutura para comercialização (armazéns, transporte etc.), a escassez de capital e a ausência de orientação efetiva por parte dos órgãos responsáveis por este serviço, foram alguns dos obstáculos detectados no diagnóstico original, servindo para explicar a fraqueza de atividade cooperativista que se resume essencialmente na venda de insumos e implementos agrícolas (Cooperativismo, Unidade Técnica).

Após três anos de intervenção, envolvendo assistência técnica financeira, pelo menos cinco das oito cooperativas haviam sido reestruturadas e colocadas em boas condições financeiras e administrativas. O número total de sócios havia aumentado em 40,1% (de 5.312 para 7.447), o capital social havia crescido 86,7%, e seis das cooperativas desenvolveram atividades de comercialização em 1979. Nos três anos entre 1978 e 1980, a comercialização de milho e feijão equivaleu a 20%, 10% e 5% respectivamente da colheita do público do PDRI, conforme cálculos da EMATERBA. Durante estes anos a queda nas vendas de milho e feijão foi

compensada, em parte, pela diversificação nos produtos comercializados (vide Tabela 18).

Tabela 18 – Cooperativismo: volume de produção comercializada por produto – 1978-80²²

1978			
Cooperativas	Feijão	Farinha	Milho
Serrinha	11.975	-	-
Feira de Santana	3.223	-	-
Castro Alves	1.915	-	-
Ipirá	9.280	-	-
Mundo Novo	-	-	-
Rui Barbosa	-	-	-
Itaeté	-	-	-
Riachão do Jacuípe	-	-	-
Total	30.393	-	-

1979				
Cooperativas	Feijão	Milho	Farinha	Alho
Serrinha	11.563	-	-	-
Feira de Santana	1.290	-	-	-
Castro Alves	745	-	-	-
Ipirá	6490	-	-	-
Mundo Novo	1.656	-	-	-
Rui Barbosa	137	-	-	-
Itaeté	-	-	-	-
Riachão do Jacuípe	-	-	-	-
Total	21.881	-	-	-

²² Todas as quantidades se referem a sacos de 60 quilos, exceto no caso do alho, que é medido em quilos. Compilado dos relatórios da Unidade Técnica.

1980					
Cooperativas	Feijão	Milho	Alho	Farinha	Mamona
Serrinha	-	-	738	-	-
Feira de Santana	-	1207	-	-	-
Castro Alves	-	-	-	-	-
Ipirá	4.486	-	233	-	-
Mundo Novo	1.926	-	1.220	-	-
Rui Barbosa	416	500	11.888	1.100	-
Itaeté	-	1.219	880	-	360
Riachão do Jacuípe	-	-	-	-	-
Total	6.828	1.926	14.959	1.100	360

Os relatórios técnicos apresentam evidências conflitantes a respeito do impacto sobre o público do PDRI decorrente do fortalecimento da rede de cooperativas na área.

Noventa por cento de uma amostra aleatória composta de 33 produtores, sócios de três cooperativas, entrevistados em 1980 por pessoal da Unidade Técnica, segundo o mesmo relatório sobre *Cooperativismo*, eram pequenos produtores, de acordo com os critérios para inclusão no PDRI, e também recebiam crédito oficial de custeio. Dentre os entrevistados havia uma mudança significativa no sentido de vender seu produto diretamente à cooperativa em 1978 e 1979, de maneira que a cooperativa respondeu pela maioria das transações com feijão em 1979. Além disso, em cada ano os preços eram superiores ao preço mínimo do governo, quer na venda à cooperativa, quer a intermediários.

Contudo, estes resultados devem ser interpretados com cuidado, devido ao reduzido tamanho da amostra, com a maioria dos entrevistados pertencentes à cooperativa de Ipirá, a qual é sempre apontada nos relatórios da Unidade Técnica como a que tem maior participação de pequenos produtores.

Em contraste com esta avaliação otimista, o relatório da Unidade Técnica em 1980 sobre cooperativismo na área dá ênfase ao fato de que apenas 10% dos 1.049 sócios novos eram do público do POLONORDESTE. Outrossim, “poucos dos produtores que vendem suas colheitas à cooperativa

são dos grupos de produtores do POLONORDESTE”. Reportava-se, além do mais, que as cooperativas compravam diretamente de comerciantes locais.

Assim, parece que, embora certas camadas do público, principalmente aquelas que residem nas circunvizinhanças das cooperativas, também se beneficiem, a principal tendência do fortalecimento de instituições, não exclusivamente voltadas para o público do POLONORDESTE, é beneficiar os comerciantes e os médios e grandes produtores na área.

Entretanto, enquanto existe tendência para o maior aproveitamento dos investimentos infraestruturais por parte das forças sociais dominantes na região, no caso da intervenção do PDRI ao nível de cooperativismo e comercialização, parece que os preços agora são fixados em níveis iguais ou superiores aos preços mínimos do governo. Como vimos no caso da amostra aleatória, os preços foram superiores ao mínimo, independente de a venda ser feita à cooperativa ou a intermediários. Além disso, técnicos visitando a área relatam que:

mesmo quando não vendem à cooperativa, os produtores conhecem os preços de garantia, e somente vendem, mesmo quando enfrentam os comerciantes tradicionais da região, ao preço de mercado vigente.²³

3.3. Compra antecipada da produção (CAP)

Com o propósito de compensar a fraqueza da estrutura cooperativista, o esquema governamental de compra antecipada da produção²⁴ tem sido promovido de modo a atender produtores em áreas mais distantes.

Entretanto, até o momento seu significado tem sido extremamente limitado, alcançando como máximo 8% do público do POLONORDESTE, quando comparado com os dados sobre o número de produtores e a área atingida com assistência técnica.²⁵

²³ Relatório Técnico Avaliação do segmento comercialização.

²⁴ Compra antecipada da produção. Sobre os efeitos contraditórios deste programa, veja A experiência em desenvolvimento rural integrado no Nordeste brasileiro, Yves Chaloult e outros, Rio Grande do Norte, 1980, onde se destaca o reforçamento do latifúndio como resultado do estímulo a tipos de arrendamento.

²⁵ A COBAL tem a responsabilidade da execução deste programa.

Além disso, 88% do orçamento para 1981 foi concentrado na área de Feira de Santana.

Concebido como um programa especificamente dirigido aos não-proprietários com dificuldade de acesso ao crédito oficial, através do financiamento da produção em troca da venda do produto ao preço mínimo do governo, verifica-se que em 1979 e 1980, respectivamente, 70% e 61% do seu público eram “proprietários”. Além do mais, relatórios técnicos levantam dúvidas quanto à natureza do público e sugerem a existência de sérias distorções.²⁶

Apesar dos esforços para envolver o público do PDRI em estruturas de comercialização que pelo menos garantam o preço mínimo do governo, aproximadamente 80% deste público, após cinco anos de intervenção, continua dentro da estrutura tradicional de comercialização. Conclui-se daí que, longe de eliminar o intermediário tradicional, é este, na forma do caminhoneiro, que tem a posição mais reforçada pelo aumento de produção na região.²⁷

Pode-se argumentar que pelo menos a intervenção do POLONORDESTE tem assegurado os preços mínimos do governo como ponto de referência para as transações. No entanto, é necessário observar que os preços de mercado para produtos básicos como milho e feijão têm sido superiores aos preços mínimos oficiais no período em questão.²⁸

3.4. Organização de comunidade

Grande ênfase é dada à organização de base do público do POLONORDESTE, envolvendo grupos de produtores e associações comunitárias.

²⁶ Relatório trimestral, *Op. cit.*

²⁷ “Caminhoneiros continuam sendo os mais importantes compradores na região contando para 30% do total comercializado em 1978 e aumentando para 50% em 1979, seguidos por vendedores nos mercados locais e donos de armazéns” (veja *Pesquisa da Unidade Produtiva*, Unidade Técnica, 1981, p. 58).

²⁸ Segundo os dados da CFP, os preços mínimos para feijão na safra 1979-80 que entraria em vigor em 02/07/79 eram Cr\$ 411,60 para um saco de 60 kg. No mesmo mês o preço na região de Feira de Santana era de Cr\$ 800,00 e continuou a aumentar até chegar em Cr\$ 1.000,00 em dezembro do mesmo ano, segundo os cálculos para preços ao produtor calculados pelo Sistema Nacional de Informação do Mercado Agrícola, 1980.

A primeira vista, pelo menos, os resultados são apreciáveis: 456 grupos de produtores, 91 associações comunitárias e 42 grupos de pais e professores.

A pesquisa direta, entretanto, tende a confirmar o retrato de um público essencialmente atomizado:

Em primeiro lugar, a evidência indica que as concentrações a que os documentos do PDRI se referem precisam ser melhor examinadas e qualificadas. Do ponto de vista espacial, o levantamento mostra que, em cada subárea, aglomerações de produtores eram pequenas, poucas e distantes uma de outra. Foi mais comum encontrar pequenos estabelecimentos espalhados no meio de propriedades maiores... Outra indicação disto, revelada pelos técnicos do PDRI, é a frequente substituição de supostas concentrações de pequenos proprietários com novas áreas de pequenas aglomerações em decorrência de não encontrar aquelas na prática.²⁹

De fato, embora estas organizações de base sejam promovidas ativamente pelos técnicos de campo, sua razão de ser é muito mais facilitar o trabalho das equipes vinculadas ao projeto e baratear o custo de sua operacionalização do que promover a organização independente dos pequenos produtores em questão.³⁰ Neste sentido é significativo notar que não existe nenhuma orientação para os sindicatos rurais por parte do projeto.

Um bom exemplo é o caso da assistência técnica, a qual, com uma média de 200 a 300 produtores por técnico, seria impossível se dependesse de visitas individuais às fazendas assistidas. Todos os produtores que fazem parte do programa são alocados automaticamente a grupos de produtores. Na prática, no entanto, a mobilização destes grupos tende a ser muito limitada, além de voltada principalmente para a necessidade de promover e supervisionar as liberações do crédito oficial.

Esta orientação grupal prevalece também no trabalho social executado pelo pessoal da EMATERBA, e, como no caso anterior, constitui

²⁹ *Pequenos produtores rurais na bacia de Paraguaçu, Op. cit.*

³⁰ “Recomendações: a extensão rural precisa utilizar uma estratégia melhor para racionalizar seu trabalho e alcançar resultados melhores, a começar pela localização de concentrações de pequenos produtores e a formação de grupos de produtores”, *Relatório do Subprojeto Assistência Técnica*, 1978.

essencialmente um mecanismo para baratear os custos destes serviços (e na verdade do projeto global) através da promoção do envolvimento da comunidade, aumentando o público assistido por assistente social, bem como através da promoção de soluções do tipo “self-help” para as questões de habitação, saneamento, saúde e nutrição.

Mesmo assim, estas atividades são mais dominadas pela ideologia da organização da comunidade, e há esforços para preservar e ampliar as formas solidárias de ação – desde as práticas tradicionais do trabalho coletivo (mutirão) até a compra de equipamentos e a venda de produtos em comum. Uma indicação deste trabalho é apresentada no relatório de assistência social na região de Itaberaba em 1980. Verifica-se a partir de seus dados que apenas 15 dos 173 grupos de produtores nesta sub-região se envolveram na venda em comum dos seus produtos agrícolas.

Na verdade, como veremos mais claramente no caso de Irecê, apesar destes esforços a favor da organização comunitária, o principal efeito do POLONORDESTE é atomizar o pequeno produtor ainda mais, condicionar seus padrões de cooperação crescentemente de acordo com as exigências da lei do valor através do estímulo de um processo generalizado de monetarização. No caso de Paraguaçu uma queda nas formas de ajuda mútua foi detectada naquelas áreas mais integradas à área de crédito oficial e insumos modernos.³¹ Processos semelhantes serão analisados nos casos de Irecê e do PEC/Serra do Ramalho.

3.5. Regularização de terras

A outra área de relevância direta para os pequenos produtores é a questão de regularização fundiária. Dentro do projeto há um subprojeto voltado para a emissão de títulos, um aspecto especialmente promovido pelo Banco Mundial. A meta estabelecida para os primeiros cinco anos do projeto foi a entrega de 15.000 títulos, mas até o final de 1980 o número efetivamente entregue era de 2.376. Mesmo assim, este número representa mais de 55% do público que recebe crédito dentro do projeto, embora seja apenas 5% do público potencial na região.

Embora haja muita crítica à operação da titulação de terras, o direcionamento e a urgência desta crítica, expressa exclusivamente em

³¹ *Pesquisa da Unidade Produtiva, op. cit.*, p. 66.

termos da demora burocrática, reflete a esperança atribuída a esta orientação, como instrumento eficaz contra a grilagem, o que permite a estabilização do público de pequenos produtores na área.³²

Este ponto de vista, no entanto, ignora dois fatores cruciais. O tamanho de um bom número de minifúndios é insuficiente para garantir a reprodução do pequeno produtor e sua família. O trabalho assalariado sazonal e o arrendamento de terra pertencente às propriedades maiores passaram a ser portanto um recurso que constitui uma parte da reprodução do público do PDRI.

A entrega de títulos, por isso, não eliminará este tipo de dependência do trabalho fora da propriedade que decorre, fundamentalmente, da insuficiência de sua terra como base para a reprodução do produtor. Na prática, a política de titulação, que beneficia os grandes produtores de forma igual, bem poderá levar à redução das práticas tradicionais de arrendamento e ocupação, já que estes podem ser vistos como ameaça à aquisição do título às terras em questão. Isto, por sua vez, exacerbaria a posição destes pequenos produtores.³³

Este resultado representaria uma ameaça especial aos ocupantes, que formam uma parcela significativa do público potencial do PDRI. Embora seja prevista pelo projeto a incorporação de não-proprietários,³⁴ há uma tendência a subestimar seu peso na área e a concentrar os recursos do projeto nos produtores que são proprietários. Uma pesquisa na área revelou uma relação muito variada entre os proprietários e os não-proprietários nas diferentes subáreas, verificando-se uma média geral de 38% não-proprietários.³⁵ A entrega de títulos de terra, portanto, representa a exclusão de mais de um em três do público potencial do PDRI aos direitos sobre a terra.

³² Atualmente esta política constitui o elemento principal das intervenções federais sobre a questão do pequeno produtor, com uma meta de 300.000 títulos para 1981.

³³ Uma proposta que transformaria a ocupação pacífica durante pelo menos cinco anos em direito de propriedade está sendo discutido a nível federal.

³⁴ Já vimos isto no caso da comercialização através da CAP: a questão do crédito será analisada neste contexto, mais tarde no Capítulo Seis.

³⁵ Nas cinco sub-regiões, a porcentagem não-proprietários era de 12,5%; 75%; 47,1%; 44,8% e 12,5%, segundo a pesquisa *Pequenos produtores*, citada acima.

Um esquema para um fundo de crédito para a compra de terras dirigido aos não-proprietários já foi incluído no PDRI, mas até o momento tem sido praticamente inoperante, e é difícil imaginar como os pequenos produtores possam pagar estes empréstimos, que são calculados à base dos atuais preços de mercado.

3.6. Conclusão

Nesta breve análise fica claro que o PDRI Paraguaçu não tem conseguido transformar as estruturas agrárias e de comercialização na região e que a integração dos pequenos produtores ao capital financeiro não tem levado ao fechamento do circuito em termos de modernos capitais comercial e agroindustrial. O capital mercantil tradicional continua dominando o mercado e na verdade tem se fortalecido com o aumento de produção na área.

Pesquisas recentes no Brasil têm reagido contra uma orientação exclusiva acerca do processo produtivo (estimulados especialmente pelos debates sobre a natureza capitalista ou não-capitalista de diferentes formas de parceria),³⁶ insistindo que a dinâmica interna do processo produtivo depende da posição deste na esfera da circulação.³⁷

Este ponto de vista, no entanto, precisa ser complementado no caso do público do POLONORDESTE. Embora seja correto que o capital mercantil continue dominando o processo de comercialização, não mais combina esta posição com a de capital usuário, como veremos mais adiante na nossa explicação pormenorizada.

A integração à estrutura do crédito oficial representa, a nosso ver, uma ruptura com o tradicional círculo fechado do capital mercantil em dois sentidos distintos. As políticas do seguro, da prorrogação do débito e até de anistia para os mutuários do crédito,³⁸ servem para proteger o produtor

³⁶ A fonte clássica deste enfoque se encontra nos debates no início dos anos 60 sobre "capitalismo x feudalismo", sobretudo nas contribuições de Caio Prado Jr., *A questão agrária no Brasil* e A. P. Guimarães, *Quatro séculos de latifúndio*. Para uma contribuição mais recente, veja *Parceria e capitalismo*, M. R. G. Loureiro, 1977.

³⁷ Veja *Lavradores e pequenos produtores de cana*, Delma Pessanha Neves (Zahar, 1981).

³⁸ O PROAGRO não cobre o valor da produção, mas no caso de uma frustração de safra dispensa o pagamento do crédito. A extensão deste esquema ao público do POLONORDESTE tem sido dificultado pelo fato que exige como pré-condição que 15% dos custos sejam para

contra o risco da produção e a ameaça de endividamento que isto tradicionalmente implica. Em segundo lugar, o crédito de investimento permite um processo de tecnificação independente de um excedente acumulado.

Argumentamos, então, e examinamos esta questão com mais detalhe, adiante, que pelo menos no curto prazo o impacto de integração ao crédito oficial gera uma relativa independência com relação às redes de comercialização, permitindo uma transformação no processo de produção mesmo quando o capital mercantil controla a esfera de circulação. Isto é especialmente correto para o período atual, quando os preços mínimos de garantia do governo têm sido, por muitos anos, inferiores aos preços de mercado para produtos básicos.

4. Análise crítica das pesquisas de campo existentes

4.1. Pesquisa do Banco do Brasil

Nossa primeira fonte para examinar esta questão é a pesquisa do Banco do Brasil avaliando o impacto da assistência técnica e do crédito bancário para três projetos do POLONORDESTE – serra do Baturité, Agreste Meridional e a bacia do Paraguaçu na Bahia.³⁹

Infelizmente os anexos explicando a metodologia da pesquisa e os critérios para a determinação da amostra não estão incluídos no Relatório.

Para a região de Paraguaçu, 70 pequenos produtores foram entrevistados, dos quais 55 (79%) são classificados como proprietários, 12 (17%) como arrendatários, 1 como parceiro, e 2 como posseiros. Esta proporção portanto exagera a categoria dos proprietários, dado que as outras categorias, como vimos acima, formam 38% do público *potencial*. No entanto dados sobre crédito conseguidos das agências do Banco do Brasil na região pela Unidade Técnica do POLONORDESTE indicam que para os dois anos 1978/1979, 3.025 (78%) dos 4.273 beneficiados (com repetição)

insumos modernos – um exemplo claro do POLONORDESTE como política de modernização induzida. Em 1980-81 houve uma anistia para todos os empréstimos de crédito por causa da quebra generalizada da safra. Sobre o PROAGRO veja *Notas sobre a política de crédito rural*, L. C. Guedes Pinto, Campinas, 1980.

³⁹ *Projeto de crédito rural do POLONORDESTE*, Banco do Brasil, Brasília. Este Relatório apresenta apenas as Tabelas da Pesquisa sem desenvolver uma interpretação dos dados.

eram proprietários. As proporções portanto não diferem, embora o pequeno número da amostra do Banco do Brasil pode ter resultado num exagero do peso dos proprietários.

62% destes proprietários tinham menos de 10 ha, subindo para 92% no caso dos arrendatários. Isto choca com as estimativas da Unidade Técnica de que apenas 37% dos beneficiários eram da faixa 0-10 nos anos 1978/1979.⁴⁰ Em relação ao tamanho das propriedades, portanto, a pesquisa do Banco vai refletir desproporcionalmente as condições nas propriedades menores. De fato, na pesquisa apenas 12% dos proprietários cultivam mais de 4 ha, enquanto com uma área média de propriedade menor, 33% dos arrendatários cultivam mais de 4 ha.⁴¹

Outro fator limitante para uma pesquisa que pretende avaliar o impacto da assistência técnica e crédito, é a alta porcentagem dos entrevistados que estavam utilizando crédito pela primeira vez até 50%. Mais ainda, no caso dos proprietários, 24% receberam apenas assistência técnica, deixando que somente 30% da amostra representasse produtores beneficiados com o crédito por mais de uma safra. Destes porém a grande maioria (80%) tem experiência de crédito oficial exclusivamente através do programa do POLONORDESTE, e forma portanto um público bom para o exame dos efeitos específicos de crédito do POLONORDESTE.

A primeira informação desta pesquisa relevante para nossa investigação diz respeito ao grau em que o crédito oficial substitui outros tipos de empréstimos. Numa resposta múltipla sobre fontes de crédito 76% dos proprietários e 69% dos arrendatários indicaram o Banco, com amigos e parentes contando para o restante, com a participação do latifundiário, da bodega e do caminhoneiro sendo insignificante.

Fontes outras que não o Banco, aparecem aqui como numericamente de pouca relevância e a figura do intermediário está totalmente ausente. Se acrescentarmos a isto os dados sobre o valor deste crédito, o peso do crédito bancário em relação a todas as outras fontes fica claro tanto no caso dos proprietários como no dos arrendatários.

⁴⁰ Compare estes números a 48% destinados a categoria de 0-10 ha, durante os cinco anos do programa.

⁴¹ A proporção maior de área cultivada no caso dos arrendatários expressa a estreita relação entre arrendamento e planos de produção.

Embora os montantes absolutos sejam maiores, no caso dos outros dois projetos as proporções são similares com a diferença de que, na região de Baturité, empréstimos por parte dos bodegueiros adquirem maior peso. Mas ainda neste caso, apenas 28% destes empréstimos são maiores de Cr\$ 10.000, contra 72% no caso do crédito bancário.

No que toca ao uso de crédito, 77% dos proprietários e 71% dos arrendatários citam manutenção da família e custeio, com 19% e 21% respectivamente indicando os itens de investimentos. Esta pequena proporção dedicada ao crédito de investimento contrasta com as duas outras regiões investigadas onde os itens para investimento contam para 40% e 49% no caso de proprietários e 54% e 30% para arrendatários.

Nestas duas últimas áreas a proporção dos entrevistados com três ou mais anos de experiência com crédito bancário é mais alta 15% e 17% contra 10% no caso de Paraguaçu. Uma explicação a mais pode ser a pequena área cultivada no caso do público de Paraguaçu, onde apenas 13% utilizam mais de 4 ha, contra 69% e 32% no caso dos proprietários nas duas outras áreas.

89% dos proprietários e 100% dos arrendatários acharam que os serviços de extensão rural tinha melhorado suas condições de produção, e 57% dos proprietários e 50% dos arrendatários aumentaram sua área cultivada depois de entrar no POLONORDESTE. (É preciso lembrar aqui que 50% do público de Paraguaçu estavam utilizando crédito oficial pela primeira vez.)

As respostas à pergunta se o uso da mão de obra⁴² teria aumentado como resultado de crédito e assistência técnica foram ambíguas, com 47% dos proprietários respondendo afirmativamente contra 83% no caso dos arrendatários. Contudo, como notamos acima, os arrendatários na região de Paraguaçu cultivaram áreas maiores, sendo que 33% cultivaram mais de 4 ha, contra 13% no caso dos proprietários.

As respostas sobre o impacto de assistência técnica ajudaram a esclarecer esta questão. 76% dos proprietários e 100% dos arrendatários afirmam que a influência de assistência técnica tinha levado a modificações nos seus métodos de produção.

⁴² Não há discriminação aqui entre trabalho familiar e contratado, e nem sequer este assunto é referido na pesquisa.

É interessante notar que aqui os arrendatários mostram uma receptividade maior do que os proprietários. O que é mais significativo porém é que os elementos mais adotados são os que implicam maior utilização de mão de obra, tratos culturais, técnicas de plantio e espaçamento. Os itens menos adotados eram os que envolviam custos monetários (implementos modernos, fertilizantes químicos), com a exceção de inseticidas e sementes melhoradas que têm um impacto mais imediato sobre a produtividade. No entanto, é notável que no caso dos arrendatários cultivando uma área maior, existiu uma receptividade consideravelmente maior ao uso de implementos modernos poupadores de mão de obra.

Parece, portanto, que numa primeira fase o impacto da assistência técnica é de aumentar a intensidade de trabalho por unidade cultivada ao tempo em que o crédito leva a um aumento na área total cultivada.

Estas tendências, porém, não modificaram significativamente o grau de dependência em relação a mão de obra fora da propriedade, possivelmente como resultado das pequenas áreas cultivadas, devido ao fato que apenas 30% da amostra tenha sido integrada no programa por mais de uma safra. 24% e 25% respectivamente afirmaram que depois da incorporação no POLONORDESTE desistiram de trabalhar fora da roça. Nas outras duas áreas a porcentagem era maior, marginalmente no caso de Baturité – 26% –, mais no Agreste meridional onde chega a 45% dos proprietários e 61% dos arrendatários; nestas regiões, como notamos acima, a área média cultivada era bem maior.⁴³

Se o Banco conseguiu deslocar o capital mercantil como supridor de crédito, este último mantinha sua posição dentro do circuito de comercialização como a Tabela seguinte indica:

Tabela 19 – Locais de venda da produção.

Pontos de venda	Proprietários (%)	Arrendatários (%)
Na roça	39	50
Bodega	13	17
Latifundiário	0	0
Vizinho	11	8
Mercado	20	0

⁴³ Apenas 8% dos arrendatários em Baturité deixou de trabalhar fora da roça, mas neste caso existe uma área média cultivada bem menor, com apenas 25% acima de 4 ha.

Cooperativa	10	0
Mercado do produtor	0	0
Caminhoneiro	0	25
Outros	7	0
Total	100	100

Fonte: Op. cit., p. 13.

Esta Tabela (19) é pouco clara porque confunde o local de venda e a pessoa a quem o produto é vendido. Assim, por exemplo, 39% (no caso dos proprietários) vendem seus produtos na própria roça, e nenhum declara venda ao caminhoneiro. Dado que todas as opções são apresentadas, é difícil imaginar quem mais poderia ser o beneficiário destas vendas.⁴⁴ Pode ser que a porcentagem dada para vendas na roça devesse ser distribuída entre todas as outras categorias, menos o caso de venda direta no mercado local. De qualquer forma, fica claro nos dados que apenas 20% vendem diretamente ao mercado, e uma porcentagem bem menor comercializa através da Cooperativa. 70% no caso dos proprietários e 100% dos arrendatários utilizam canais tradicionais para a venda dos seus produtos.

E interessante notar que, no caso dos arrendatários, o latifundiário aparentemente não se envolve na compra do produto, refletindo o caráter de subsistência desta produção na região. Como veremos mais tarde, a importância do arrendatário para os pecuaristas de Paraguaçu, é mais no sentido de oferecer um mecanismo para a criação de pastagem a custos nulos. A bodega conta para uma proporção significativa destas vendas, embora os dados não indiquem que isto seja o resultado de dívidas anteriores. Igualmente importante parece ser a figura do “vizinho” como intermediário, uma tendência comum também na região de Baturité (17% e 13% respectivamente), o que sugere que, com o aumento na produção sobretudo em áreas tradicionais de comercialização pouco desenvolvidas, o POLONORDESTE está criando as condições para o surgimento do produtor/comerciante. Uma tendência neste sentido a respeito de vendas na Cooperativa foi notada também no *Relatório da Unidade Técnica sobre Comercialização*:

⁴⁴ A ausência aqui do caminhoneiro não pode ser explicada apenas como consequência da natureza tradicional do comércio, porque 25% dos arrendatários a ele se referem como comprador. No entanto, é provável que este fato tenha influência aqui, sendo coerente também com a importância do armazém e o vizinho como intermediários.

os proprietários mais astutos colecionam os produtos dos vizinhos e os entregam à Cooperativa no seu nome, atuando portanto também como intermediário.

Infelizmente na questão sobre fontes de financiamento, a figura do “vizinho” não está explicitamente incluída, e assim é difícil dizer se sua presença a nível de comercialização implica endividamento por parte do vendedor. Contudo, a pouca importância de todas as formas de crédito não-bancário levaria a rejeitar esta hipótese.

De qualquer maneira a preponderância de formas tradicionais de capital mercantil no processo de comercialização fica bastante clara, e a pequena proporção absorvida pela cooperativa vai também de encontro aos nossos cálculos anteriores.

Em relação à época de venda encontramos uma situação aparentemente paradoxal em que a região de Paraguaçu, que em média tem a menor área cultivada, menor renda, e resultados menos positivos no que toca à produtividade, é a que mais tempo guarda sua produção depois da colheita.⁴⁵ Nas outras duas regiões 60% e 67% dos proprietários vendem na época da colheita, contra 34% do público de Paraguaçu.

É provável, porém, que esta capacidade de reter o produto da safra decorra do nível pouco mercantil da produção, no caso de Paraguaçu, e também um menor compromisso ao nível de empréstimos bancários. Apenas 41% dos empréstimos superam Cr\$ 10.000, contra 72% e 80% nas duas outras regiões.

Em conclusão, podemos dizer que o capital mercantil foi efetivamente deslocado pelo crédito oficial do POLONORDESTE para o financiamento da produção. O impacto combinado de assistência técnica e de crédito tende para um aumento absoluto na quantidade de trabalho despendido (aumentos na área cultivada) para uma intensificação de trabalho por unidade cultivada como resultado da adoção de novas práticas, e para a utilização de crédito de investimento, menor no caso de Paraguaçu,

⁴⁵ A renda média para proprietários em Paraguaçu, era de Cr\$ 11.000, contra Cr\$ 72.000, em Baturité e Cr\$ 42.000, no Agreste Meridional. Para arrendatários a cifra correspondente era de Cr\$ 16.000, no caso de Paraguaçu, contra Cr\$ 52.000, em Baturité e Cr\$ 50.000 no Agreste. Além disso, apenas 29% dos proprietários em Paraguaçu mostraram um aumento na produção, contra 77% em Baturité e 56% no Agreste. Para arrendatários, a cifra aumenta para 55% em Paraguaçu, contra 69% em Baturité e 80% no Agreste.

como mecanismo para aumentar a produtividade de trabalho (compra de equipamentos modernos). Ao mesmo tempo um em cada quatro produtores desistiu de trabalhar fora da roça, como consequência de inserção no POLONORDESTE.

Estes resultados são ainda mais importantes se levarmos em conta o caráter tradicional de subsistência da região, as reduzidas áreas cultivadas pelo público utilizando crédito, e o fato de que a maioria do público só tinha um ano de experiência com o programa.

Por outro lado, o capital mercantil se mantém e se fortalece a nível de comercialização, até criando figuras novas como o “vizinho” intermediário.

Infelizmente, porém, o impacto desta mudança para a transformação das relações de produção dentro da unidade familiar não pode ser analisado com base nos dados desta pesquisa.

4.2. Pesquisa de campo da Unidade Técnica

Uma pesquisa feita em 1980 pela equipe de avaliação da Unidade Técnica do POLONORDESTE de Paraguaçu, destinava-se precisamente a cobrir esta lacuna como indica o título do seu Relatório, *Pesquisa da Unidade Produtiva*.⁴⁶

Uma amostra de 10% do público utilizando crédito em 1978 foi elaborada levando em conta o tamanho da propriedade e a sua localização, favorecendo aqueles municípios onde os serviços do POLONORDESTE estavam mais presentes.

Dos 171 incluídos na amostra, 88% tinham utilizado o crédito do POLONORDESTE, pelo menos durante duas safras,⁴⁷ oferecendo, portanto, uma base mais firme para avaliar o impacto da inserção no crédito oficial do que no caso da pesquisa do Banco do Brasil. Uma segunda amostra baseada no público do POLONORDESTE que não utilizou crédito, e calculado em 50% da primeira amostra, também foi elaborada. Contudo, a dificuldade em localizar produtores participando nos serviços do POLONORDESTE, mas

⁴⁶ Esta pesquisa foi feita a pedido do Banco Mundial, como parte do seu compromisso de cobrir um terço dos custos do projeto.

⁴⁷ Isto não está explicitado na parte sobre “Metodologia e Definição da Amostra”, mas pode ser inferido da referência a 152 produtores recebendo crédito em 1979 (veja p. 34).

sem utilizar crédito, reduziu esta amostra de 86 para 59. Finalmente, em cada uma das áreas onde havia o público do POLONORDESTE, um produtor foi selecionado, que embora sendo parte do público potencial do POLONORDESTE, não estava envolvido em nenhum dos seus serviços; um total de 40 produtores obedecendo a este perfil foi selecionado. No caso das duas primeiras amostras, o mesmo questionário formal foi utilizado, enquanto, para o terceiro grupo, foram feitas entrevistas abertas.

Esta pesquisa, como veremos, confirmam as duas conclusões básicas das investigações do Banco do Brasil – a predominância absoluta do crédito oficial e a manutenção de formas tradicionais de comercialização.

Apenas 12% daqueles que utilizam crédito (18 produtores), também recorreram a empréstimos não-bancários, a maioria deles sendo proprietários. Analisando o caso destes últimos, o valor médio dos empréstimos somou menos da metade da média dos empréstimos bancários. Considerando como um todo o público que utilizou o crédito, os empréstimos não oficiais contaram menos de 6% do total. Infelizmente, o questionário não inclui dados sobre a origem destes empréstimos.

No que tange à comercialização, embora não dê tabelas a respeito, o relatório conclui:

Caminhoneiros continuam sendo os principais compradores na região respondendo por 30% do valor global da produção comercializada em 1978, e aumentando esta para 50% em 1979. Depois dos caminhoneiros vêm comerciantes locais e os donos de armazéns.⁴⁸

Mas se compararmos esta conclusão com os dados relevantes do questionário, vários problemas surgem. No caso da pesquisa do Banco do Brasil, notamos a confusão criada ao confundir local de venda e tipo de comprador. Na pesquisa da Unidade Técnica encontramos os itens “Venda na Roça” e “Caminhoneiro” também tratados como sendo a mesma coisa. Estes dados, portanto, não confirmam necessariamente a predominância da figura do caminhoneiro. Mais importante, talvez, é o fato de canais oficiais de comercialização (cooperativa, COBAL) não estarem incluídos como opções na formulação da pergunta. Outro problema decorre da confusão no Relatório entre “comerciantes locais” e vendas feitas diretamente pelo

⁴⁸ A tradução, aqui, é do inglês e não do texto original, como para a maioria das citações de textos originalmente em português.

produtor no mercado local. E, finalmente, embora a figura do latifundiário esteja incluída na pergunta, não há referências no Relatório de sua importância para a comercialização.⁴⁹ No entanto, se canais oficiais tivessem importância, é provável que estivessem refletidos no item “outros”. Apesar destas ressalvas, a predominância de capital mercantil tradicional na área de comercialização parece ser uma conclusão segura.

Em contraste com a pesquisa do Banco do Brasil, o Relatório conclui que vendas “ainda predominam imediatamente depois da safra” (*Op. cit.*, p. 58). Os dados incluídos mostram porém que 30% tradicionalmente guardavam sua produção, aumentando esse percentual para 38% depois de entrar no POLONORDESTE.⁵⁰ Além disso, 16% declararam que utilizaram depósitos ou armazéns como resultado do programa.

A orientação básica da pesquisa, contudo, é examinar a transformação da unidade produtora como consequência da inserção no POLONORDESTE, utilizando “crédito oficial” como a variável principal, segundo o Relatório:

a hipótese é que o uso do crédito oficial junto com os outros serviços que este último promove, serve para capitalizar os pequenos produtores essencialmente através de um aumento no emprego regular de mão de obra assalariada (*Op. cit.*, p. 15).

O conceito de “capitalização” no contexto da pequena produção é definido como a “generalização da produção e consumo de mercadorias, e principalmente o emprego de trabalho assalariado por parte do pequeno produtor” (*Op. cit.*, p. 14).

A capitalização é explicitamente contraposta à tecnificação ou aumentos no patrimônio de produtores⁵¹ e vista como um processo de transformação do pequeno produtor em patrão:

Se pudéssemos reduzir o sentido de capitalização a uma só palavra, diríamos que é “apatronamento” de pequeno produtor, utilizando a

expressão de um trabalhador rural referindo-se a um líder sindical (*Op. cit.*, p. 5).

A contratação regular é interpretada, portanto, como representando uma transformação qualitativa nas relações sociais:

O hábito de consumir mão de obra regularmente [cada ano] e não apenas eventualmente transforma o camponês num patrão e portanto num capitalista, o dono de meios da produção transformados em capital (*Op. cit.*, p. 60).

Em primeiro lugar examinamos os dados apresentados para defender o argumento de que o crédito cria as condições para uma ruptura qualitativa, transformando o que anteriormente era uma unidade produtiva na base de trabalho familiar numa dependência regular e não apenas eventual em mão de obra assalariada.

Dois elementos estão em questão aqui. O primeiro diz respeito aos dados sobre o emprego de mão de obra antes e depois da incorporação no POLONORDESTE, discriminado em função de uso ou não do crédito, e o segundo a condição do produtor, conforme resumidos na Tabela 20.

⁴⁹ O item “vizinho” está também incluído mas não mencionado no Relatório.

⁵⁰ Embora não fique claro no texto, interpreto que as cifras se referem aqui ao total dos produtores usuários ou não de crédito.

⁵¹ “Mas não devemos confundir capitalização com tecnificação e tampouco com a formação de um patrimônio por parte do camponês”. (*Op. cit.*, p. 4).

Tabela 20 – Número de produtores com e sem crédito utilizando trabalho assalariado

Condição do produtor	Com crédito				Sem crédito			
	Antes do projeto		Depois do projeto		Antes do projeto		Depois do projeto	
	Cada ano	De vez em quando	Cada ano	De vez em quando	Cada ano	De vez em quando	Cada ano	De vez em quando
Parceiro	19	-	29	-	-	-	-	-
Terra cedida	2	-	2	-	2	2	2	-
Arrendatário	5	-	5	-	1	1	1	1
Ocupante	2	-	5	-	-	-	-	-
Proprietário	72	15	91	11	8	17	17	8
Total	100	15	132	11	9	20	20	9

Fonte: Pesquisa da Unidade Produtiva, p. 62.

O que se nota, imediatamente, é que a maioria dos beneficiários do crédito no programa já empregavam mão de obra cada ano antes de entrar no POLONORDESTE (58%).⁵² Mesmo reconhecendo que 37 destes já se beneficiaram do crédito, antes de entrar no projeto, ainda assim 63 (47%) dos produtores empregavam mão de obra “regularmente”⁵³ antes de entrar nas estruturas do crédito oficial.

Ao mesmo tempo, 32 dos 81 beneficiados do crédito que não usavam mão de obra regularmente agora começavam a fazê-lo, e não houve aumento no caso daqueles que não utilizavam crédito. Neste sentido os dados indicam que o crédito aumenta as condições para o emprego da mão de obra. Mas o fato de quase a metade do público ter utilizado mão de obra a cada ano antes de entrar no projeto sem a ajuda de crédito, deve sugerir cautela na caracterização deste fenômeno. Apesar disto o Relatório conclui que

a pesquisa demonstrou que 100 produtores já empregaram mão de obra regularmente. O projeto, portanto, converteu 32 pequenos produtores em novos patrões, empregando outros pequenos produtores, ou da região do programa ou de fora, numa maneira regular, como consequência, acima de tudo, das facilidades de crédito rural (*Op. cit.*, p. 60).

Com base neste enfoque, porém, dever-se-ia ter concluído que a maioria do público do POLONORDESTE que utilizava crédito já era capitalista antes de entrar no programa, e que o crédito, portanto, se coloca apenas como um dos fatores, entre outros, que contribuem para promover esta tendência.

A sombra do debate clássico que identifica a utilização regular de mão de obra assalariada com a existência da empresa capitalista rural, e que analisamos no Capítulo 2, pesa muito em toda esta interpretação da Unidade Técnica.

Antes de examinar com mais detalhe a natureza deste trabalho assalariado, devemos considerar um segundo grupo de dados, destacando o crédito como o elemento decisivo no emprego regular de mão de obra

⁵² *Op. cit.*, p. 39.

⁵³ Discutiremos adiante até que ponto contratação de mão de obra a cada ano pode ser vista como emprego “regular” de assalariados.

assalariada. Em resposta a uma pergunta sobre o item de mais dispêndio individual em relação ao crédito, 55% indicaram salários, contra 16% para a manutenção da família, 15% aluguel de trator, 12% sementes, e 2% melhoramentos, apontando portanto para uma ligação estreita entre crédito e o emprego de mão de obra assalariada.

O que surpreende, porém, é a baixa porcentagem, 16%, indicando a manutenção da família. Pode-se imaginar que a renda da safra anterior tenha funcionado como fonte desta manutenção. Mas os dados desta mesma pesquisa mostram que a renda média (Cr\$ 22.500) ficou abaixo da média para o crédito no mesmo ano de 1979 (Cr\$ 25.852), deixando assim nenhuma sobra depois de cumprir os compromissos bancários. Uma explicação possível seria o caráter ainda fortemente de subsistência desta produção que permite a satisfação de muitas das necessidades da família através de produção própria. Neste caso, a alta porcentagem que enfatiza salários como o gasto maior em relação ao crédito seria um reflexo mais da persistência de um forte componente de subsistência, o que dificilmente pode ser reconciliado com a caracterização destes produtores como capitalistas, como faz a pesquisa.

Assim, embora os dados indiquem uma relação positiva entre o uso da mão de obra assalariada e o acesso ao crédito, a natureza desta mão de obra precisa de análise mais detalhada.

Em relação ao uso da mão de obra de fora, o questionário simplesmente pergunta se o trabalho temporário é utilizado a “cada ano” ou “de vez em quando”, discriminando a situação antes e depois de utilizar crédito oficial e assistência técnica. Em primeiro lugar, não fica claro qual é a distinção exata entre estas duas categorias; um produtor que contrata mão de obra por uns dias a cada ano, um ano para colheita, outro para o plantio, e outro para consertar a cerca deveria responder “de vez em quando”, mas no contexto das opções oferecidas pelo questionário será considerado como contratado “cada ano” e, portanto, “regularmente”.

O crucial, porém, é que o nível de detalhe fica completamente insuficiente para especificar a posição deste trabalho dentro do processo produtivo. Quantos dias foram trabalhados? Em quais períodos do ciclo agrícola? Quantos trabalhadores foram contratados? Nenhum destes detalhes está disponível. Se a cada ano um trabalhador é contratado para ajudar na safra, isto transforma a produção familiar em empresa capitalista?

Como argumentamos nos Capítulos anteriores, o uso da mão de obra de fora é tradicional na produção familiar.⁵⁴ Sem refletir sobre seu significado, a pesquisa nota o declínio de formas tradicionais de troca de serviços:

Formas espontâneas de cooperação mútua entre pequenos produtoras, sobretudo “mutirão” e “ajutório”, estão diminuindo com a introdução de crédito rural (*Op. cit.*, p. 66).

A monetarização da mão de obra, como argumentamos no Capítulo 3, estabeleceu uma desigualdade de acesso a esta mercadoria ameaçando a viabilidade daqueles produtores incapazes de pagar a contratação. Mas isso não implica que o ato de contratar constitui por si só uma mudança para a agricultura capitalista.⁵⁵

Neste contexto, é o declínio do trabalho fora da roça por parte do produtor que representa de longe o impacto mais significativo do uso de crédito. As cifras neste sentido são bastante reveladoras. Dos 144 (88%) produtores que trabalhavam também como assalariados antes de receber o crédito do POLONORDESTE, apenas 41 (24%) continuaram a se assalariar, depois de se beneficiarem destas facilidades.

Isto sugere, portanto, que a mudança decisiva produzida pelo crédito foi de transformar os beneficiários em *produtores de tempo integral*. Como resultado disso, podemos entender o aumento na área cultivada (de até 70%) e também o aumento na demanda para mão de obra.⁵⁶ Nesta interpretação, contudo, a contratação resulta da intensificação do trabalho do produtor direto, uma conclusão pouco compatível com a definição deste último como capitalista.

Os dados da pesquisa podem indicar apenas o uso de um montante indeterminado de mão de obra em algum momento durante o ciclo agrícola de cada ano. Mas não podem especificar o contexto de seu uso. O trabalho assalariado substitui a mão de obra familiar? É um mecanismo que permite o uso ótimo de trabalho familiar por todo o ciclo? Ou é uma consequência

⁵⁴ Veja Capítulo 2 e 3, passim.

⁵⁵ Nosso trabalho de campo que será discutido no próximo Capítulo foi elaborado especificamente para esclarecer estas questões.

⁵⁶ Este aumento, porém, se refere ao total da área cultivada e não indica a porcentagem dos produtores que aumentaram suas áreas.

da intensificação do trabalho familiar, sobretudo do chefe, que agora trabalha em tempo integral?⁵⁷

Notamos antes aumento importante na área total cultivada pelos beneficiários do crédito, contra um declínio absoluto, no caso do público assistido mas sem usar crédito.⁵⁸ Em relação a novas práticas adotadas como resultado de assistência técnica e crédito, as conclusões da pesquisa enfatizam a adoção preferencial daquelas práticas que não implicam custos monetários, como no caso de espaçamento que 77% dos entrevistados adotaram. Mas isto é verdade apenas até certo ponto, porque a adoção de práticas aparentemente caras pode reduzir a necessidade para a contratação de mão de obra cujo custo é ainda maior.

O que a pesquisa não analisa, contudo, é que todas estas práticas (com exceção da aração, que comentamos abaixo) tendem a aumentar a intensidade de trabalho por unidade cultivada como consequência da reorganização dos elementos tradicionais do processo de trabalho. A seleção das sementes, e o plantio, agora exigem trabalho mais especializado, que junto aos tratos culturais aumentam a demanda de trabalho para cada fase. Neste sentido o controle do processo produtivo, imposto pela integração na estrutura do capital financeiro, aponta inicialmente⁵⁹ para um aumento na produtividade por área cultivada, através de um aumento absoluto no trabalho gasto para cada operação.

Este processo evoca a subordinação formal do trabalho na etapa manufatureira de industrialização, uma vez que reconhecemos que a produtividade deste trabalho deve ser vista em função da quantidade do produto final e não o montante de trabalho usado por área cultivada.

⁵⁷ Veja nossa discussão de Chayanov, no Capítulo 2.

⁵⁸ Um declínio geral de 8,88%, p. 48, *Op. cit.*

⁵⁹ A existência de uma primeira fase como tal não é planejada, mas é produto de fatores limitantes tanto pelo lado do capital (falta de sementes selecionadas, mecanismos de crédito que tomam difícil o acesso a maquinaria), quanto de pequenos produtores (a relutância em aumentar suas despesas financeiras no contexto de repetidas frustrações de safra etc.). De fato, como veremos, a tendência decorrente da utilização de assistência técnica e crédito volta-se para a substituição de meios de produção tradicionais por meio de produção capitalista – como no caso da adoção de aração a trator. Para uma consideração detalhada desta questão, veja o Capítulo. 6.

No entanto, do ponto de vista do produtor, este processo representa um aumento absoluto nas necessidades de trabalho e é neste contexto que a questão de mão de obra contratada deve ser analisada.

Sem dados para esclarecer estas questões, é impossível definir o status da mão de obra contratada, como também não pode ser estabelecida a sua própria dinâmica. Para a pesquisa da Unidade Técnica a mera existência de mão de obra contratada, sem levar em conta sua quantificação ou condição de utilização, é suficiente para definir a unidade produtora como capitalista.

Simplificações desta natureza, fazem com que questões importantes não sejam analisadas. Por que o nível de crédito de investimento é tão baixo entre os que utilizam crédito? Existe uma tendência para o uso de implementos e equipamentos poupadores de mão de obra, e qual a sua relação com a contratação da mão de obra?

Na parte da pesquisa sobre a adoção de técnicas promovidas pela extensão rural, notamos que 33% adotaram técnicas poupadoras de mão de obra como aração – 23% a trator, 13% tração animal. Particularmente interessante é a maior porcentagem de aração com uso de trator, que sai até muito mais caro (15% indicaram este item como o elemento mais caro nos gastos de crédito).

Poder-se-iam aventar correlações entre estes dados –, área cultivada e uso de mão de obra – se os produtores que respondem mais aos incentivos do crédito oficial, no que diz respeito a área cultivada, estivessem ou não se tecnificando de maneira a diminuir ou eliminar a dependência de contratação.

Uma consideração mais detalhada dos dados da Pesquisa, em vez de sugerir a transformação de produtores tradicionais em capitalistas, como a tendência principal, aponta, portanto, para resultados mais modestos. Embora se argumente que a área cultivada pelos beneficiários do crédito aumentou em 70% entre os anos 1977-79, as áreas totais cultivadas são bastante reduzidas (a média mais alta é a sub-região de Itaberaba com 6,9 ha). Existe, também, uma divergência bastante acentuada entre estas sub-

regiões, com Seabra cultivando uma média de 5,7 ha e a região mais populosa Feira de Santana, com apenas 3,7 ha.⁶⁰

4.3. Uma comparação entre a pesquisa de campo e os dados da Unidade Técnica

Estes dados da pesquisa de campo são até bastante elevados quando comparados com os dados globais sobre crédito conseguidos pela Unidade Técnica das agências bancárias na região do Programa.⁶¹

Tabela 21 – Área média cultivada pelo público do POLONORDESTE segundo ano e sub-região

Ano	Itaberada	Seabra	Feira de Santana
1978	3,8	4,4	3,6
1979	4,1	5,4	3,0
1980*	3,74	3,3	2,6

*Dados provisórios.

Fonte: Unidade Técnica, Documentos sobre Crédito Rural.

Mais ainda, o público beneficiado com crédito fica muito aquém da meta de 4.000 por ano, e existe mesmo uma tendência para um declínio absoluto deste público, como indicam os totais dos beneficiados nos anos 1978-80: 1.649, 2.624 e 2.549 respectivamente.

Tendo em vista as pequenas áreas cultivadas pode se pensar que o público do POLONORDESTE venha basicamente das menores propriedades. Mas, embora 60% das propriedades nas três microrregiões do Programa sejam de menos de 10 ha, apenas 37% do público do POLONORDESTE foi escolhido nesta faixa nos anos 1978 e 1979, contra 48% para a faixa de 10-50 e 15% para as propriedades acima de 50 ha.

A pequena e declinante porcentagem dos beneficiários do POLONORDESTE que utilizam crédito, e que representam apenas 7% do

⁶⁰ Embora seja bastante confusa e sem base em dados, a exposição sugere que de fato a área média declinou na região de Feira de Santana, o que coincide com os dados globais apresentados na Tabela acima.

⁶¹ Os cálculos da EMATERBA para o público que usa crédito são muito mais altos e internamente contraditórios. Além das contradições internas, os dados da EMATERBA se baseiam nos planos de crédito contratados e não no crédito realmente liberado. Ainda assim, os dados da EMATERBA são considerados irrealistamente altos pela Unidade Técnica do Projeto.

público potencial, junto à inclusão preferencial das propriedades maiores, e ao fato de que os não-proprietários representam apenas 28% deste público, apontam para a existência de barreiras estruturais para a transformação do setor de pequena produção na bacia de Paraguaçu.

Tudo indica que a combinação de tamanho reduzido e baixa fertilidade faz com que o minifúndio típico da região seja inviável como unidade produtiva, e incapaz de gerar renda que permita a sua reprodução. Em três anos de utilização de crédito o público de Feira de Santana cultivou 29,3%, 31% e 22% da área total de suas propriedades apontando para uma porcentagem alta de terra infértil.⁶²

Nesta região, a persistência maior de trabalho fora, mesmo depois da incorporação no sistema de crédito do POLONORDESTE, sugere um padrão de semiproletarização que permite a sobrevivência em unidades produtivas que de outra forma não seriam viáveis.⁶³

Quebra nas safras e dificuldades com seguro de crédito podem ser citadas como fatores que inibem aumentos na produção e vontade para fazer benfeitorias. De 169 produtores, 73 (43%) não puderam pagar seus empréstimos dentro do período estabelecido e apenas 31 destes conseguiram resolver o problema, através de seguro ou prorrogação das datas de pagamento. 36 produtores tinham que vender animais para pagar o empréstimo (21% do total).⁶⁴

Mas a alta proporção de produtores não atendidos pelo seguro de crédito (PROAGRO) é resultado do caráter subordinado da pequena produção na região. Em primeiro lugar, na região de Itaberaba, 45% dos não-proprietários se constituem de arrendatários obrigados a plantar capim junto com a lavoura, prática que os exclui do sistema do PROAGRO por não atender as condições de utilização do crédito.⁶⁵ Em segundo lugar, os Relatórios da Extensão Rural falam insistentemente sobre a resistência dos bancos à incorporação dos pequenos produtores no esquema do PROAGRO.⁶⁶ E, por último, os médios e grandes proprietários não têm interesse em

⁶² Pesquisa da Unidade Produtiva, p. 30.

⁶³ Idem, p. 63/4.

⁶⁴ Idem, p. 43.

⁶⁵ Idem, p. 26.

⁶⁶ Veja documento, *Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural*.

defender o público do POLONORDESTE porque na sua grande maioria são pecuaristas ou cafeicultores.

Na região de Seabra, por exemplo, 60% dos créditos contratados para a safra de 1979/80 não foram liberados.⁶⁷ O mesmo tipo de atraso na liberação de crédito de custeio na região de Irecê (veja Capítulo 6), em 1981, resultou numa campanha de pressão política que unificou pequenos, médios e grandes produtores (todos cultivando a mesma lavoura), que foi capaz de forçar a reabertura das linhas de crédito, feita pessoalmente pelo chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, enviado às pressas para esse fim. O grau menor de cooperação por parte da rede bancária em Paraguaçu resultou, portanto, na predominância de interesses ligados à pecuária e na pouca importância dada à lavoura de alimentos básicos.⁶⁸

Todos estes fatores, portanto, baixa produtividade, alta porcentagem de não-proprietários, predominância de pecuária, menor grau de comprometimento por parte dos bancos, explica também, provavelmente, o pouco uso do crédito de investimento pelo público do POLONORDESTE.

A maior parte deste crédito se encontra na sub-região de Itaberaba e se destina quase que exclusivamente ao subprojeto para a promoção de pecuária em pequena e média escala.⁶⁹ Em 1978, nas três subáreas, apenas 47 produtores eram beneficiários de crédito de investimento (34 na região de Itaberaba). Em 1979 este número aumentou para 131: 62 em Itaberaba, 0 em Feira de Santana e 69 em Seabra. Neste último caso, os itens financiados incluem animais de trabalho, implementos agrícolas, reformas de edifícios e cercas que beneficiariam mais a faixa de 0-50. De qualquer forma, os números absolutos são muito reduzidos.

Os dados para 1980 apenas discriminam por item de crédito segundo o tamanho da propriedade e não por número de beneficiários. No caso de Feira de Santana, 50% dos investimentos foram liberados sob a rubrica

⁶⁷ *Documento de Crédito Rural*, 1980, Unidade Técnica.

⁶⁸ *Documento de Crédito Rural*, 1878-79. Resistência ao trabalho junto aos pequenos produtores ainda pode ser observada no caso de alguns gerentes do Banco do Brasil, e o tratamento deste público por parte de alguns dos funcionários do Banco se caracteriza por agressividade.

⁶⁹ O público para este subprojeto inclui produtores com até 200 ha, teto que os técnicos do programa acham deva ser reduzido para 100 ha.

“outros” que inclui elementos como animais de trabalho e implementos agrícolas, absorvidos pela faixa de 0-50.

Na região de Seabra, embora o item “outros” represente apenas 6% do valor total do crédito concedido, 88% do crédito de investimento foi tomado por propriedades na faixa de 0-50. Quase a metade deste crédito é destinado a cercas (uma tendência parecida pode ser notada no caso de Feira de Santana), o que representa, como veremos mais claramente nos Capítulos seguintes, o primeiro passo na consolidação e em melhoramentos da propriedade.

Embora a taxa de crescimento do crédito de investimentos entre o público do POLONORDESTE na bacia de Paraguaçu seja bastante limitada, os dados de 1980 mostram um desenvolvimento significativo. A este respeito o relatório EMATER-Ba sobre pequenos investimentos na região de Seabra é ilustrativo, conforme se vê na Tabela 22.

Tabela 22 – Sub-região de Seabra. Pequenos investimentos – 1980

Itens	Programados	Realizados
Aração	480	136
Gradeação	480	10
Equipamento de plantio	480	25
Cultivadores	480	0
Reforma de edifícios	480	339
Represas	0	18

Fonte: Relatório Sobre os Resultados Alcançados pela EMATER-Ba (Unidade Técnica).

Embora muito aquém das metas (e por essa razão são provavelmente confiáveis), estes dados, junto com os dados das fontes bancárias, apontam para o começo de um processo de tecnificação viabilizada pelo crédito oficial.

5. Conclusão

Nesta revisão crítica dos dados secundários e da pesquisa de campo feita na área do programa do POLONORDESTE para a bacia de Paraguaçu, podemos concluir que o envolvimento do setor da pequena produção nas estruturas de crédito oficial produz uma dinâmica que tem as seguintes características: uma ruptura parcial para com a sua subordinação tradicional ao capital mercantil, reduzindo a sua influência estritamente à esfera de

comercialização (onde paradoxalmente sua influência é refortalecida); a eliminação da dependência de renda de fora da propriedade permitindo a criação de um produtor de tempo integral; um aumento na área cultivada acompanhado de uma intensificação do trabalho exigido para cada operação agrícola como consequência da influência de assistência técnica; um aumento no uso do trabalho assalariado; e finalmente uma tendência inicial para a tecnificação da produção (tração de animal e trator) e para melhorias na unidade produtiva (cercas, compra de animais, reforma de edifícios e armazenagem).

No entanto, as características históricas desta pequena produção na bacia de Paraguaçu (marginalização, semiproletarização no contexto da predominância de pecuária) têm estabelecido limites estruturais bastante fortes a estas transformações, impossibilitando conclusões concretas sobre a sua dinâmica.

No próximo Capítulo apresentaremos os resultados de nossa pesquisa sobre este tema, feita no contexto de um programa de colonização para pequenos produtores, onde os fatores limitantes de uma estrutura agrária dominada pelo latifúndio não estão presentes.

Como resultado, esperamos que a dinâmica das tendências analisadas neste Capítulo possam ser melhor captadas.